

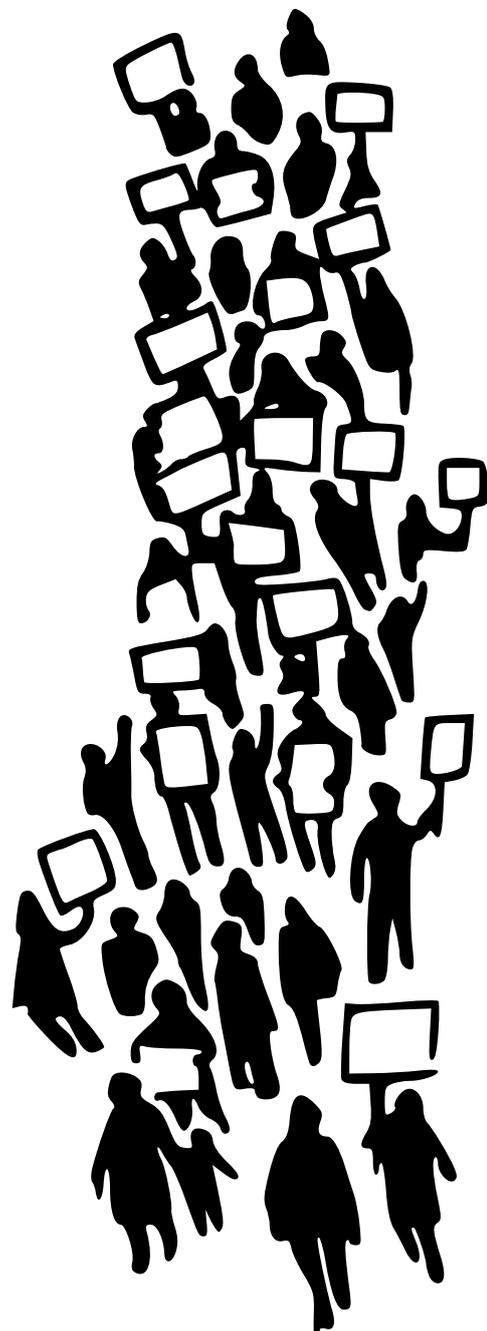


OBSERVATÓRIO  
DA DEMOCRACIA

# RELATÓRIO

## ESTADO DA DEMOCRACIA NO MUNDO 2022

UMA SÍNTESE DOS RELATÓRIOS *DEMOCRACY REPORT 2022*; *GLOBAL STATE OF DEMOCRACY REPORT 2022*; *FREEDOM IN THE WORLD 2022* E UM OLHAR ESPECÍFICO EM PORTUGAL, EUROPA DO SUL E CPLP





## **Estado da Democracia no Mundo – Relatório 2022**

### **Autores:**

André Freire

Guya Accornero

Catarina dos Santos

Jéssica Oliveira

Joana Garrido

Livino Neto

Tomás Pedro Lopes

Viriato Queiroga

### **Coordendores:**

André Freire

Guya Accornero

### **Assistentes de Investigação:**

Livino Neto

Viriato Queiroga

### **Estagiários de investigação:**

Catarina dos Santos

Jéssica Oliveira

Joana Garrido

Tomás Pedro Lopes

### **Capa:**

Livino Neto

**[dezembro, 2023]**



## Índice:

<b>1. Introdução.....</b>	<b>5</b>
<b>2. Metodologias utilizadas nos relatórios .....</b>	<b>7</b>
2.2. <i>Global State of Democracy Report 2022</i> .....	8
2.3. <i>Freedom in the World 2022</i> .....	9
<b>3. Contexto social, económico e político a partir dos relatórios.....</b>	<b>11</b>
3.1. <i>Democracy Report 2022</i> .....	11
3.1.1. <i>Democracia mundial em 2021</i> .....	11
3.1.2. <i>Contexto</i> .....	11
3.1.3. <i>Polarização crescente</i> .....	12
3.1.4 <i>Tendências Continentais</i> .....	13
3.1.4.1. <i>Europa Ocidental e América do Norte:</i> .....	13
3.1.4.2. <i>Europa Oriental e Ásia Central:</i> .....	13
3.1.4.3. <i>América Latina e Caraíbas:</i> .....	13
3.1.4.4. <i>Ásia – Pacífico:</i> .....	14
3.1.4.5. <i>Médio Oriente:</i> .....	14
3.1.4.6. <i>África Subsaariana:</i> .....	14
3.2.1. <i>Contexto</i> .....	15
3.2.3. <i>Tendências continentais</i> .....	17
3.2.3.1. <i>África</i> .....	17
3.2.3.2. <i>Ásia Ocidental</i> .....	17
3.2.3.3. <i>Ásia e Pacífico</i> .....	18
3.2.3.4. <i>Europa</i> .....	18
3.2.3.5. <i>América</i> .....	18
3.3. <i>Freedom in the World 2022</i> .....	19
3.3.1. <i>Democracia e erosão democrática</i> .....	20
3.3.2. <i>Cooperação internacional autoritária</i> .....	21

3.3.3. Resistência e apoio a democracia .....	21
3.3.5. Recomendações do “Freedom in the World 2022” para alimentar oportunidades para a democracia global: .....	24
<b>4. A Democracia em Portugal, Sul da Europa e CPLP.....</b>	<b>27</b>
4.1. Democracia em Portugal, Europa do Sul e CPLP no Democracy Report 2022 28	
4.2. Democracia em Portugal, Europa do Sul e CPLP no Global State of Democracy Report 2022.....	31
4.3. Democracia em Portugal, Europa do Sul e CPLP no Freedom in the World 2022	33
<b>5. Conclusões.....</b>	<b>37</b>
<b>6. Bibliografia: .....</b>	<b>39</b>
<b>7. Anexos: .....</b>	<b>40</b>
<b>8. Tabela de indicadores: .....</b>	<b>42</b>

### 1. Introdução

A democracia está em constante assalto, tanto literalmente como figurativamente, é o que nos reporta o “*Global State of Democracy Report 2022*” do *International IDEA*. Já o “*Freedom in the World 2022*”, do *Freedom House*, é taxativo em dizer que a liberdade global enfrenta uma ameaça terrível e que os inimigos da democracia liberal estão a acelerar os seus ataques. O “*Democracy Report 2022*”, do *V-Dem Institute*, aponta uma profunda preocupação com o declínio da democracia durante a última década.

Nós, do Observatório da Democracia e da Representação Política, somamo-nos aos alertas dados por estes institutos e buscamos, através deste relatório, de alguma forma colaborar com a defesa das democracias no mundo e com os princípios que regem o Estado Democrático de Direito. Propomo-nos a possibilitar ao público leitor em língua portuguesa, o acesso sintético das principais constatações do *Democracy Report 2022*, do *Global State of Democracy Report 2022* e do *Freedom in the World 2022*, em escala global, bem como um olhar específico para focos de interesse da sociedade portuguesa e zona de influência. A escolha destes deve-se, tanto pela relevância e legitimidade que estes possuem na discussão pública sobre a democracia no mundo, como pela possibilidade de compilar fatos que abrangeram um período de tempo similar, neste caso, principalmente, o ano de 2021.

Assim, do ponto de vista global, este relatório traz como contributo a perceção das diferentes abordagens de análise e os principais resultados sobre o estado da democracia no mundo e nos blocos continentais, de forma sintética, de cada um dos relatórios supracitados. Pode-se ainda, através deste documento, perceber as similaridades e diferenças entre os relatórios comentados.

Já, em termos específicos, a partir da agregação dos principais indicadores utilizados pelo “*Global State of Democracy Report 2022*”, do *International IDEA*; “*Freedom in the World 2022*”, do *Freedom House*; e “*Democracy Report 2022*”, do “*V-Dem Institute*”, buscou-se trazer um olhar direcionado, através da análise descritiva, para o contexto português, tendo em vista tanto a perceção da democracia em Portugal, estado da democracia entre os países da unidade regional da Europa do Sul e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Portanto, este relatório, que sintetiza outros três relatórios, deve ser uma leitura útil e de percepção generalista sobre o estado da democracia no mundo e em Portugal, sem, no entanto, substituir a necessidade do estudo dos documentos que o originam. Sugere-se que este seja uma porta de entrada, bem como uma espécie de guia, ou mesmo um facilitador para uma abordagem exploratória dos documentos referidos, sendo particularmente direcionado para estudantes ou público geral que se interesse em discutir o estado da democracia no mundo e em Portugal.

## 2. Metodologias utilizadas nos relatórios

### 2.1. Democracy Report 2022<sup>1</sup>

O *V-Dem Institute* produz um dos mais alargados conjuntos de dados global sobre democracia em escala longitudinal, coletando dados sobre a democracia em 202 países, abarcando os seus múltiplos significados e envolvendo mais de 3.700 estudiosos e especialistas. Relativamente à base de dados, esta surge no formato “país-ano” e consagra não apenas os quase 500 indicadores como os vários índices das componentes e os cinco principais índices de democracia (deliberativa, igualitária, liberal, eleitoral e participativa). O relatório lançado online em março de 2022 consagra em si dados atualizados entre os anos de 1900 e 2021, inclusive.

No “Democracy Report 2022”, do *V-Dem Institute*, utiliza-se uma metodologia categórica que classifica os países em quatro regimes distintos: duas formas de democracia (eleitoral e liberal) e dois tipos de autocracia (eleitoral e fechada). Para ser considerado uma democracia eleitoral, um país tem de atingir níveis suficientemente altos de eleições livres e justas, bem como o sufrágio universal, liberdade de expressão e de associação. Portanto, apenas a realização de eleições não é suficiente para um país ser considerado democrático. Países onde os aspetos liberais (restrição do poder executivo pelo Legislativo e pelos Tribunais Superiores, estado de direito e direitos individuais) são respeitados para além dos requisitos para democracia eleitoral, são considerados democracias liberais.

De modo a avaliar a democracia, conceito altamente debatido, esta tem de ser decomposta em unidades mensuráveis ao longo do espaço e do tempo; assim, com base na definição de Dahl (1971) de poliarquia, procede-se ao uso de sete princípios chave indissociáveis da noção de democracia: liberal, maioritária, consensual, igualitária, deliberativa, participativa e eleitoral. Todos estes são mensuráveis à exceção do princípio consensual e maioritário, logo aquilo que se faz é medir conceitos que se alocam no cerne destas componentes. Assistimos assim ao surgimento do Índice de Controle do Partido Dividido (*Divided party control index*) (D) (v2x\_divparctrl) e do Índice de Divisão de Poder (*Division of power index*) (D) (v2x\_feduni), respetivamente. Os índices de alto nível, ou seja, aqueles que medem princípios fundamentais da democracia – liberal,

---

<sup>1</sup> Este tópico foi desenvolvido com referência em Coppedge, M. et al. (2022)

eleitoral, igualitária, deliberativa e participativa –, são chamados de Índices de Democracia.

O V-Dem procura agregar na construção dos seus índices tanto a possibilidade de multiplicação dos seus atributos, que afetam o índice apenas na medida em que os restantes atributos, estando presentes, também o fazem, como a substituição por outros que se revelem mais interessantes. No que concerne os indicadores, estes surgem como características relacionadas com pelo menos uma propriedade da democracia, que aproximam o processo político da noção base de democracia (“governo do povo”) e que são mensuráveis ao longo do tempo; neste caso, o V-Dem alberga um total de 473 indicadores de democracia que caem em diferentes categorias nas suas bases de dados.

## 2.2. *Global State of Democracy Report 2022*<sup>2</sup>

O “*Global State of Democracy Report 2022*” (GSoD) refere-se a três tipos de regimes: “Democracias”, “híbrido” e “autoritário”. Híbrido e autoritários são ambos identificados como não-democráticos. Para serem indicados como democracias, é necessário possuir um mínimo de competitividade nas eleições do país, de forma que as oposições tenham condições realísticas de acesso ao poder, o que não ocorre nos modelos híbrido e autoritário. No entanto, os regimes híbridos tendem a ter um pouco mais de abertura para sociedade civil do que os regimes autoritários. As democracias podem ser fracas, de desempenho médio ou de alto desempenho, com base nas pontuações anuais da democracia de um país.

Deste modo, o GSoD é composto por índices e subíndices para cinco atributos de democracia moderna: (a) *Governo Representativo* (livre e igual acesso ao poder político); (b) *Direitos Fundamentais* (liberdades individuais e recursos); (c) *Controlos ao Governo*; (controlo efetivo do poder executivo); (d) *Administração Imparcial* (administração pública justa e expectável); e (e) *Engajamento Participativo* (instrumentos para e realização de envolvimento político)

O primeiro atributo – *Governo Representativo* – tem como subatributos eleições limpas, sufrágio inclusivo, partidos políticos livres e governo eleito; *Direitos Fundamentais* é composto pelo acesso à justiça, liberdades civis e direitos sociais e igualdade; *Responsabilização do Governo*, composto pelo parlamento efetivo, independência judicial e integridade dos media; o atributo de *Administração Imparcial* é

---

<sup>2</sup> Este tópico foi desenvolvido com referência em Skaaning S. (2022)

composto pelos subatributos ausência de corrupção e aplicação previsível; e, por último, o atributo de *Engajamento Participativo* é composto pela participação da sociedade civil, a participação eleitoral, democracia direta e democracia local. Por sua vez, a cada um destes grupos de subatributos correspondem um conjunto de indicadores, sendo estes, no total 116, recolhidos a partir de 12 bases de dados diferentes.

A escolha destes indicadores segue um conjunto de critérios, entre os quais: estes devem ser produzidos através de processos de criação de dados transparentes e credíveis; devem apresentar uma cobertura extensiva – ou seja, devem incluir scores para pelo menos 140 países de diferentes regiões ao longo de pelo menos 30 anos (entre 1975-2021); a cada subatributo deve corresponder mais que um indicador e as bases de dados das quais os indicadores são extraídos devem ser atualizadas com regularidade .

### 2.3. *Freedom in the World 2022*<sup>3</sup>

O “*Freedom in the World 2022*”, desenvolvido pela *Freedom House*, avalia o estado da liberdade em 195 países e 15 territórios durante o ano de 2021. A cada país e território são atribuídos entre 0 e 4, numa pontuação agregada que pode ir até 100 pontos, considerando uma série de 25 indicadores. As categorias “direitos políticos” (0-40) e “liberdades civis” (0-60) agrupam estes indicadores, cujos totais são ponderados igualmente com a finalidade de classificar se o país, ou território, possui um estatuto global de “Livre”, “Parcialmente Livre” ou “Não Livre”.

A *Freedom House* teve como base a Declaração Universal dos Direitos do Homem para a definição da metodologia e elaboração dos indicadores avaliados, aplicando-a igualmente a todos os países, independente de localização geográfica, composição étnica ou religiosa ou nível de desenvolvimento económico, avaliando os direitos e liberdades gozados pelos indivíduos. Considera-se que os direitos políticos e as liberdades civis podem ser afetados por atores estatais e não estatais, incluindo insurretos e outros grupos armados.

Para isto, o *Freedom in the World* utiliza um sistema de dois níveis composto por pontuação e estatuto. A nível da pontuação, é atribuído aos países entre 0 a 4 pontos para cada um dos 10 indicadores de direitos políticos e para cada um dos 15 indicadores de liberdades civis – sendo que 0 corresponde ao nível mais baixo de liberdade e 4 ao nível mais alto. Quanto às liberdades civis (com escala de 0-60), as suas questões são agrupadas em quatro subcategorias: Estado Direito (com 4 questões), Autonomia Pessoal e Direitos

---

<sup>3</sup> Este tópico foi desenvolvido com referência em House, F. (2022)b.

Individuais (com 4 questões), Liberdade de Expressão e de Crença (com 4 questões) e Direitos de Associativismo e Organização (com 3 questões). As questões relativas aos direitos políticos (com escala de 0-40) são agrupadas em três subcategorias: Pluralismo Político e Participação (com 4 questões), Funcionamento do Governo (com 3 questões) e Processo Eleitoral (com 3 questões).

Relativamente aos estatutos encontramos três possibilidades, um país pode ser *Livre (F)*, *Parcialmente Livre (PF)* ou *Não Livre (NF)*; estes derivam da combinação da pontuação dos direitos políticos e das liberdades civis, como podemos verificar na *figura 1*.

*Figura 1 Political Rights score - Freedom in the world*

Status		Political Rights score						
		0-5*	6-11	12-17	18-23	24-29	30-35	36-40
Civil Liberties score	53-60	PF	PF	PF	F	F	F	F
	44-52	PF	PF	PF	PF	F	F	F
	35-43	PF	PF	PF	PF	PF	F	F
	26-34	NF	PF	PF	PF	PF	PF	F
	17-25	NF	NF	PF	PF	PF	PF	PF
	8-16	NF	NF	NF	PF	PF	PF	PF
	0-7	NF	NF	NF	NF	PF	PF	PF

Fonte: House, F. (2022) b. *Freedom in the World 2022 Methodology*

Vale salientar que uma designação de um determinado país como “Livre” não é sinónimo de liberdade plena ou de falta de problemas estruturais, significa apenas que este país desfruta de maior liberdade quando comparado com aqueles de estatuto “Parcialmente Livre” ou “Não Livre”. Estes estatutos derivam assim de uma ponderação entre a pontuação que o país obtém na categoria de “Direitos Políticos” (de 0 a 40) e “Liberdades Civis” (de 0 a 60). A edição de 2022 engloba 195 países e 15 territórios no período temporal entre 1 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro do mesmo ano (p. 1)

### *3. Contexto social, económico e político a partir dos relatórios*

#### *3.1. Democracy Report 2022<sup>4</sup>*

##### *3.1.1. Democracia mundial em 2021*

A edição lançada em 2022 do “Democracy Report” do V-Dem Institute aborda o declínio global contínuo da democracia ao longo do ano de 2021 alertando para o aumento das autocracias fechadas, a queda das democracias liberais desde 1995 e o crescimento das autocracias eleitorais. Em números, estamos perante 70% da população mundial a viver em autocracias fechadas ou eleitorais, algo que surge como consequência do recorde de autocratização testemunhado em 2021, com 33 países afetados, incluindo nações influentes como o Brasil, a Índia, a Turquia e os EUA. A União Europeia (UE) também não foge a esta tendência, aliás 20% dos países membros apresentam um declínio nos indicadores de democracia.

O panorama geral é um de declínio na qualidade das diversas dimensões pelo V-Dem avaliadas tais como a qualidade das eleições, a liberdade de associação e a liberdade de expressão. Por sua vez, assistiu-se a um aumento do controle direto do governo e da repressão de organizações da sociedade civil.

Entre os avanços positivos, destaca-se a melhoria nos índices relacionados a realização de eleições, em todas as macrorregiões estabelecidas pelo V-Dem, ainda que a autonomia dos órgãos de gestão eleitoral tenha sido debilitada por governos em 20 Estados autocratizantes, e a melhoria das restrições judiciais ao executivo na América Latina e nas Caraíbas.

##### *3.1.2. Contexto*

Embora a pandemia seja um evento que marca o ano de 2021, o “Democracy Report” não lhe atribui grandes efeitos diretos sobre a tendência global de declínio da democracia, salientando que esta já se encontrava em marcha previamente, mas destaca que alguns líderes se aproveitaram do contexto sanitário para consolidar ainda mais o seu poder. Houve, no entanto, violações significativas dos padrões internacionais relativos ao que um governo pode fazer para responder a uma pandemia, com registo de violações moderadas em 57 países e 44 com violações graves de normas internacionais. A maioria dessas violações ocorreram em países autocráticos.

---

<sup>4</sup> Este tópico foi desenvolvido com referência em Boese-Schlosser, V. A., et al. (2022).

A mobilização popular continua em níveis baixos o que arrisca permitir que a autocratização se aprofunde sem contestação. No entanto, a mobilização popular apresenta maiores níveis nos países em processo de autocratização como El Salvador, Mali, Mianmar e Sérvia. Por sua vez, nestes mesmos países também assistimos a um aumento da mobilização a favor da autocracia. Líderes autoritários e antipluralistas parecem estar a usar a mobilização em massa para promover as suas agendas antidemocráticas. O relatório alerta para o facto de que níveis crescentes de mobilização pró-autocracia podem sinalizar que líderes autocratizantes estão a tomar ações mais ousadas para demonstrar legitimidade.

Por exemplo, manifestantes pró-Trump invadiram o Capitólio, encorajados pelo ex-presidente dos Estados Unidos da América sob a alegação de fraude eleitoral. No Brasil, o presidente Jair Bolsonaro pediu aos apoiantes que coordenassem comícios a 7 de setembro de 2021 em apoio a apelos antidemocráticos relativos à remoção de todos os juizes do Supremo tribunal e até mesmo a um golpe militar. No Mali, milhares de pessoas marcharam em Bamako em apoio ao governo de transição dominado pelos militares, a 22 de setembro de 2021.

A própria autocratização está aparentemente a mudar de natureza. Os cinco golpes militares e um autogolpe em 2021 batem o recorde para o século 21 afastando-se acentuadamente da média de 1,2 golpes por ano. Este aumento do número de golpes contribui para o que parece ser uma mudança na natureza da autocratização. Os golpes resultaram em quatro novas autocracias fechadas – Chade, Guiné-Conacri, Mali e Mianmar. Um autogolpe levou ao colapso da democracia na Tunísia – o único país a democratizar-se depois da Primavera Árabe e o maior democratizador do mundo no Relatório da Democracia do ano anterior é agora uma autocracia eleitoral. Um golpe militar a 25 de outubro de 2021 afetou também o regime civil no Sudão; o general Abdel Fattah al-Burhan tornou-se o líder do país, pelo que o Sudão continua uma autocracia fechada.

### *3.1.3. Polarização crescente*

A polarização surge como mais um sinal de mudança na natureza da autocratização e está a aumentar para níveis tóxicos em 40 países, afetando todas regiões negativamente, sendo que quando a polarização atinge níveis tóxicos, a democracia é tipicamente desmantelada. Um aumento na polarização foi seguido por uma diminuição no *Índice de Democracia Liberal* em países como Brasil, Hungria, Polónia, Sérvia e Turquia.

A isto, acrescenta-se a multiplicação da desinformação, existindo até evidências desta sob forma de manipulação de estatísticas oficiais. Governos multiplicam a disseminação de informações falsas para enfraquecer a oposição e alimentar a polarização, expandindo continuamente o uso de recursos digitais e dos media para espalhar informações falsas desde o ano 2000. Recentemente, este fenómeno é especialmente pronunciado no Sul Global, na Ásia-Pacífico, América Latina e Caraíbas, na África subsaariana e no Médio Oriente e Norte de África.

#### *3.1.4 Tendências Continentais*

O Democracy Report 2022, do V-Dem Institute, apresenta dados relativos à percentagem de população, em diferentes blocos continentais, que vive sobre diferentes tipos de regime, são estes: *Democracia Liberal*, *Democracia Eleitoral*, *Autocracia Eleitoral* e *Autocracia Fechada* (ver Quadro 1).

##### *3.1.4.1. Europa Ocidental e América do Norte:*

Relativamente ao bloco continental Europa Ocidental e América do Norte, este, de acordo com o V-Dem, apresenta resultados positivos. Não existem regimes autocráticos (sejam estes eleitorais ou fechados) e a vasta maioria da população (98%) vive em Democracias Liberais, sendo que apenas 2% dos habitantes deste bloco vivem numa Democracia Eleitoral, que, embora não apresentem as mesmas qualidades democráticas que a de cariz Liberal, apresentam um horizonte otimista para a região.

##### *3.1.4.2. Europa Oriental e Ásia Central:*

A análise da Europa Oriental e Ásia Central, por sua vez, apresenta um paradigma diferente. A Democracia Liberal surge como o regime minoritário, sendo que apenas 1% da população deste bloco vive num regime desta natureza; por sua vez nas Democracias Eleitorais temos 37% da população. Comparando estes valores com os da população que vive num regime autocrático (54% nas Autocracias Eleitorais e 8% nas Autocracias Fechadas), podemos afirmar que mais de metade da população da Europa Oriental e Ásia Central vive sobre um regime autocrático.

##### *3.1.4.3. América Latina e Caraíbas:*

Na América Latina e Caraíbas, o panorama assemelha-se melhor que aquele observado no bloco acima mencionado. Com a vasta maioria da população a viver

sobre uma democracia (Democracia Eleitoral com 84% e a Democracia Liberal com 4%), apenas um total de 12% vivem numa autocracia (10% numa Autocracia Eleitoral e 2% numa Autocracia Fechada).

#### 3.1.4.4. *Ásia – Pacífico:*

O bloco continental da Ásia – Pacífico, por sua vez, apresenta a predominância de autocracias: 47% da população desta zona vive numa Autocracia Eleitoral e 41% numa Autocracia Fechada, o que se traduz num total de 88%. Deste modo, as democracias são a minoria, com apenas 4% e 8% a viverem em Democracias Liberais e Democracias Eleitorais, respetivamente.

#### 3.1.4.5. *Médio Oriente:*

Com resultados negativos para a democracia, no Médio Oriente os regimes democráticos, de acordo com o relatório, são inexistentes. Deste modo, 70% da população deste bloco continental habita numa Autocracia Eleitoral e 30% numa Autocracia Fechada.

#### 3.1.4.6. *África Subsaariana:*

Na África Subsaariana as Autocracias Eleitorais representam a maioria, com 72% da população deste bloco a viver num regime deste cariz. De seguida, com 17% da população temos as Democracias Eleitorais e, com os restantes 11% de população as Autocracias Fechadas.

*Quadro 1 Percentual da população em cada tipo de regime por Bloco Continental*

	Democracia Liberal	Democracia Eleitoral	Autocracia Eleitoral	Autocracia Fechada
Europa Ocidental e América do Norte	98%	2%	0	0
Europa Oriental e Ásia Central	1%	37%	54%	8%
América Latina e Caraíbas	4%	84%	10%	2%
Ásia - Pacífico	4%	8%	47%	41%
Médio Oriente e Norte de África	0	0	70%	30%
África Subsaariana	0	17%	72%	11%

*Fonte: Produzido pelo Observatório da Democracia e da Representação Política com referência em Democracy Report 2022 do V-Dem Institute*

### 3.2. *Global State of Democracy Report 2022*<sup>5</sup>

Esta é a quarta edição do “*Global State of Democracy Report*”, relatório sobre o estado global da democracia organizado pelo *International Institute for Democracy and Electoral Assistance* (International IDEA), cuja edição de 2022 destaca que a democracia sofre ataques em todo o mundo. O atual estado não é encarado como uma novidade, pelo contrário, o relatório aponta que há, por parte do instituto, uma constante nos avisos de alerta, em especial na edição anterior, realizada no auge da pandemia de Covid-19.

O contexto global descrito no “*Global State of Democracy Report 2022*”, apresenta, como ameaças à democracia, além da então persistente pandemia de Covid-19, guerras que ocorriam e surgiam no horizonte, uma recessão global iminente e o desafio das alterações climáticas e de tudo o que elas implicam - acontecimentos climáticos graves, a transição verde necessária e consequências múltiplas para a governação democrática.

Se o primeiro relatório do International IDEA, em 2017, na véspera do Brexit e pouco depois da eleição de Donald Trump, trazia um certo optimismo cauteloso sobre os avanços da democracia nas décadas anteriores, com avisos sobre “flutuações” e reconhecendo uma estagnação da democracia, em vez da sua erosão, a edição de 2022 aponta os perigos das autocracias eleitorais e democracias iliberais, retomando o argumento que a democracia é que fornece as ferramentas necessárias para resolver os problemas urgentes de hoje.

#### 3.2.1. *Contexto*

O “*Global State of Democracy Report 2022*” afirma que há um declínio e estagnação da democracia à volta do globo e que esta ocorre num contexto em que o mundo é marcado por inúmeras causas de instabilidade política e económica, como aumento dos preços dos alimentos e da energia e uma recessão iminente, decorrentes de uma irrefreável mudança climática, desigualdades sociais e declínio nos padrões de vida, da pandemia de Covid-19 e da guerra de agressão russa na Ucrânia que abalou a Europa, forçando a região a repensar aspetos de segurança e a lidar com crises alimentares e energéticas iminentes, evidenciando também uma duplicidade de critérios preocupantes no que diz respeito à migração e à situação dos refugiados.

---

<sup>5</sup> Este tópico foi desenvolvido com referência em INTERNATIONAL IDEA (2022)

Neste contexto, embora muitas democracias tenham criado as leis e infra-estruturas necessárias para apoiar as instituições democráticas, o acesso desigual a essas instituições é um problema contínuo e mesmo os pressupostos de longa data passam a ser questionados, através da construção de narrativas de pós-verdade para o questionamento de processos eleitorais credíveis e a guerra entre Estados, com ameaças de ataques nucleares. Há, portanto, um conjunto diversificado de novos desafios, num tempo de ascensão de partidos que abraçam o nativismo e crenças xenófobas.

### 3.2.2. *Tendências Globais*

A *International IDEA* aponta que, enquanto os populistas continuam a ganhar terreno em todo o mundo, as democracias lutam para trazer o equilíbrio a ambientes marcados pela instabilidade, ainda que a inovação e o crescimento democrático estejam estagnados ou em declínio, do ponto de vista global. O número de países em retrocesso democrático continuou no seu auge e o número de países a caminhar para o autoritarismo é mais do dobro do número de países que caminhavam para a democracia. Desde o final de 2021, quase metade dos 173 países avaliados pela *International IDEA* estavam a sofrer declínios em pelo menos um subatributo da democracia.

O relatório indica que o *World Values Survey* (com 77 países inclusos) demonstra que menos de metade (47,4%) de todos os inquiridos acredita que a democracia é importante, contra 52,4%, em 2017. O inquérito também demonstra que a proporção de pessoas que concordam com a ideia de que ter um líder forte, que não tem de se preocupar com o parlamento ou com as eleições, tem vindo a crescer constantemente nos últimos anos, em 2021 esse número já havia subido para 52%.

Considerando os indicadores e o sistema de classificação do *Global State of Democracy*, entre 2016 e 2021, o número de países que avançaram para o autoritarismo foi mais do dobro do que o número de países que avançaram para a democracia. Durante esse período, 27 países sofreram uma descida na classificação do seu regime, enquanto apenas 13 melhoraram. O mundo também perdeu mais duas democracias em 2021 – Myanmar e a Tunísia. Além disso, 52 democracias estão agora em erosão, experienciando um declínio estatisticamente significativo em pelo menos um subatributo. O relatório destaca que, no processo de erosão, o Brasil retrocedeu severamente, enquanto os EUA retrocederam moderadamente, o que evidencia a prática, agora comum, de líderes eleitos usarem o seu poder para enfraquecer as instituições democráticas por dentro do próprio sistema, indicando a fragilidade da democracia e a necessidade de fortalecer estas instituições.

Segundo o relatório, a democracia aparenta não evoluir, demonstrando poucas melhorias mesmo nas democracias que estão a funcionar a médio ou alto nível, o que reflete a baixa mobilidade positiva recente, em relação à série histórica, dos indicadores em termos de pontuação global: *Direitos Fundamentais* (0,58); *Controlos ao governo* (0,56); *Engajamento Participativo* (0,56); *Governo Representativo* (0,55) e *Administração Imparcial* (0,48).

O *Global State of Democracy* aponta uma possível compreensível frustração do público, evidenciada no número de protestos pelo mundo que mais do que duplicou entre 2017 e 2022, demonstrando a capacidade e vontade das pessoas de protestar publicamente, o que é um sinal de democracia funcional, mas sobretudo a incapacidade dos governos para responder eficazmente pode prejudicar a legitimidade do modelo democrático.

### 3.2.3. Tendências continentais

#### 3.2.3.1. África

Apesar dos diversos desafios, alguns países do continente africano continuam a melhorar em termos de qualidade democrática, através da ação cívica e da renegociação do contrato social. No entanto, na África Subsaariana, uma série de países apresentam um quadro geral de declínio democrático. Ao longo do continente africano, a tendência apontada pelo *Global State of Democracy* é de uma tensão crescente junto dos contratos sociais, em larga parte devido ao aumento dos custos energéticos e alimentares derivados da guerra na Ucrânia e do endividamento por empréstimo com taxas de juro mais elevadas o que por sua vez leva ao desemprego juvenil e ao aumento da pobreza e desigualdade. Além disto, a ONU estima que de modo a conseguir acompanhar o crescimento da população jovem, terão de ser criados um vasto número de empregos – cerca de 33 milhões em todo o Norte de África e na Ásia Ocidental até 2030. A isto acrescenta-se o desafio da descarbonização que pode comprometer a capacidade dos Estados exportadores de petróleo para financiar programas sociais atualmente.

#### 3.2.3.2. Ásia Ocidental

Na Ásia Ocidental, mais de uma década após os levantes árabes, os movimentos de protesto continuam a ser motivados por falhas governamentais na prestação de serviços e oportunidades económicas - aspetos chave dos contratos sociais. A procura de democracia permanece elevada na região, mas a satisfação com o desempenho democrático é baixa. (p. 10-17). À semelhança daquilo que é observado em África, a tensão junto dos contratos

sociais apresenta uma tendência crescente, esta também derivada do aumento dos custos energéticos e alimentares derivados de endividamento externo e da guerra entre a Ucrânia e a Rússia. Relativamente à questão da criação de emprego, esta, como referida acima, passará também por uma vasta demanda de criação de postos de trabalho.

#### 3.2.3.3. *Ásia e Pacífico*

A *International IDEA* demonstra que a democracia está a recuar na Ásia e no Pacífico, enquanto que o autoritarismo se solidifica: apenas 54% das pessoas na região vivem numa democracia e quase 85% das pessoas vivem numa democracia fraca ou recuada, sendo que mesmo as democracias de alto e médio rendimento, como a Austrália, Japão e Taiwan sofrem uma erosão democrática, com impressionantes impactos na Liberdade de Expressão e na Integridade dos Meios de Comunicação; 35% das democracias da região exibem erosão em pelo menos um destes indicadores.

#### 3.2.3.4. *Europa*

Embora a democracia continue a ser a principal forma de governo na Europa, quase metade destas (43%) - um total de 17 países - sofreram erosão nos últimos cinco anos. Estes declínios afetam 46% das democracias de elevado desempenho. No entanto, os valores e instituições democráticas são cada vez mais vistos como uma barreira fundamental ao irredentismo e neocolonialismo da Rússia, especialmente na Ucrânia. Evidencia-se que a estagnação democrática, a pandemia e a crise do custo de vida reacenderam um debate muito necessário sobre o contrato social nos países europeus.

#### 3.2.3.5. *América*

Ainda que as Américas sejam a segunda região mais democrática do mundo, um terço das democracias sofreram declínios em pelo menos três subatribuições nos últimos dois anos. Bolívia, Brasil, El Salvador, Guatemala e EUA apresentam o maior número de declínios. Pode-se apontar que a polarização tóxica e os ataques a órgãos de gestão eleitoral estão a confrontar as Américas; três em cada sete democracias que recuam nestes aspetos estão nesta região, o que aponta para o enfraquecimento das instituições, mesmo nas democracias de longa data. As ameaças crescentes à democracia também incluem desinformação e notícias falsas, leis restritivas e proibições de direitos e intimidação da imprensa.

O descontentamento da população está também a aumentar, alimentado pela pobreza, desigualdade, insegurança, corrupção e os efeitos da pandemia, embora este possa ter (e tenha) resultado em opções democráticas nas urnas, segundo o *Global State*

of *Democracy*, os autoritários populistas manipulam esta insatisfação, numa tentativa de desmantelar a democracia a partir do interior.

*Quadro 2 Índices e blocos continentais do Global State of Democracy Report 2022*

	Mundo	África	Ásia Ocidental	Ásia e Pacífico	Europa	América
<i>Representação</i>	0.51	0.39	0.28	0.47	0.7	0.61
<i>Direitos Fundamentais</i>	0.52	0.42	0.37	0.47	0.71	0.53
<i>Administração Imparcial</i>	0.48	0.38	0.39	0.46	0.64	0.49
<i>Participação</i>	0.55	0.52	0.38	0.48	0.65	0.59

Escala: 0-1

Fonte: Produzido pelo Observatório da Democracia e da Representação Política com referência em <https://www.idea.int/democracytracker/g sod -indices> em 22/11/2023

### 3.3. *Freedom in the World 2022*<sup>6</sup>

O “*Freedom in the World 2022*” aponta que a atual ameaça à democracia é o produto de 16 anos consecutivos de declínio da liberdade global, onde 60 países sofreram quedas durante o período analisado no relatório, enquanto apenas 25 melhoraram. Segundo a *Freedom House*, nos últimos anos, países em todas as regiões do mundo foram capturados por governos autoritários, sendo que cerca de 38 por cento do total a população vive em países “Não Livres”, a proporção mais elevada desde 1997, enquanto apenas cerca de 20% vivem em países Livres.

As democracias estão a ser prejudicadas a partir do interior por forças iliberaais, como foi observado nos Estados Unidos, com a invasão do Capitólio no 6 de Janeiro de 2021, numa tentativa organizada de reverter o resultado das eleições presidenciais. Soma-se a isto o ganho de poder de países autoritários, como a China e Rússia, no sistema global, enquanto países considerados mais livres viram as suas normas constitucionais serem desafiadas e fraturadas.

Segundo o relatório, o *Partido Comunista Chinês (PCC)* desempenha um papel de liderança na promoção de normas autocráticas, especialmente pela sua interpretação da soberania do Estado, esforçando-se por arranjar espaço para que governos em exercício ajam sem supervisão ou consequências, oferecendo-se como fonte de apoio e investimento internacional, facilitando que futuros autocratas se entrincheirem no poder enquanto enriquecem os seus regimes, ao largo de princípios de transparência e a

<sup>6</sup> Este tópico foi desenvolvido com referência em House, F. (2022) a.

concorrência leal. Em simultâneo, e como apontado no relatório, o *PCC* usaria o seu vasto poder económico e bélico para suprimir críticas internacionais às suas próprias violações dos princípios democráticos e dos direitos humanos, punindo governos e outras entidades estrangeiras que criticam a demolição das liberdades civis em Hong Kong ou questionam as pretensões territoriais expansivas chinesas.

### *3.3.1. Democracia e erosão democrática*

O *Freedom House* considera que democracia, na sua forma ideal, é um sistema de governo baseado na vontade e consentimento dos governados, com instituições que são responsáveis perante todos os cidadãos e com adesão ao Estado de direito e respeito pelos direitos humanos, funcionando como uma espécie de rede de estruturas que se reforçam mutuamente e nas quais aqueles que exercem o poder estão sujeitos a controlos, tanto dentro como fora do Estado, por exemplo, de tribunais independentes, de uma imprensa independente e da sociedade civil. No entanto, as eleições, por si só, quando criticamente falhadas, têm dado a líderes autoritários um verniz de legitimidade, tanto no contexto doméstico como no estrangeiro.

A Tunísia, como apontado pelo relatório, torna-se um exemplo importante de erosão democrática, uma vez que esta foi a única república a emergir ao status de democracia livre após a primavera árabe, em 2014, e submergiu para o estatuto de Parcialmente Livre em 2021, depois que o Presidente Kaïs Saïed, impelido por protestos contra a economia vacilante e os crescentes casos de coronavírus, despediu unilateralmente o primeiro-ministro e suspendeu indefinidamente o parlamento a fim de governar por decreto.

Indica-se, também, que os líderes antidemocráticos e os seus apoiantes, em ambientes democráticos, trabalham para reformular ou manipular sistemas políticos, tentando influenciar os eleitores através dos receios de mudança no seu modo de vida e os fracassos dos seus predecessores, promovendo a ideia de que, uma vez no poder, a sua responsabilidade é apenas a sua própria base demográfica ou partidária, desconsiderando outros interesses e segmentos da sociedade e pondo, ao longo do caminho, os princípios democráticos de pluralismo, igualdade e de responsabilização em perigo, ameaçando os direitos e o bem-estar de todos os cidadãos.

Se por um lado regimes autoritários tentam transparecer uma fachada de credibilidade eleitoral, por outro, líderes autoritários em democracias, que temem a perda do poder, buscam semear desconfiança sobre o sistema eleitoral. Exemplos desta conduta

foram as amplas campanhas do então presidente Donald Trump para marcar a vitória de Joe Biden como ilegítima e fraudulenta, o que resultou na invasão do capitólio, e a contínua ação ‘preventiva’ de Jair Bolsonaro para pôr em xeque a credibilidade das eleições brasileiras.

### 3.3.2. *Cooperação internacional autoritária*

A *Freedom House* regista que nos últimos 16 anos – em relação à publicação do seu relatório do ano de 2022 – houve um intenso movimento de forças internas que prejudicaram os pilares das liberdades: agressões ao Estado democrático de direito; ataques a liberdade de imprensa e acesso a informação; deterioração dos processos eleitorais; e perseguições a imigrantes e opositores.

No entanto, segundo o “*Freedom in the World 2022*”, já não se trata de líderes autoritários isolados num mundo em democratização, mas da constituição de redes de colaboração ativa entre estas lideranças, constituindo alianças autocráticas, que possibilitaram a diluição do impacto de ocasionais sanções internacionais, especialmente através de assistências económicas, de repressão transnacional para silenciamento de dissidentes exilados e da vigilância digital, por vezes pondo em risco grupos étnicos inteiros. Neste sentido, figuras como Steve Bannon e Eduardo Bolsonaro, filho do então presidente do Brasil, são apontados como notórios articuladores da cooperação internacional dentro do nacionalismo de extrema-direita.

### 3.3.3. *Resistência e apoio a democracia*

Ainda que o contexto apresentado pelo “*Freedom in the World 2022*”, não seja positivo, o relatório aponta que mesmo num ano dominado por perturbadores contratempos à democracia, as pessoas em todo o mundo têm demonstrado a sua contínua atracção pela democracia e o desejo pela sua renovação. Mesmo a crise da migração e dos refugiados, pode ser vista pelo *Freedom House*, num contraponto, como um apoio e a demonstração enfática do desejo de se viver em Estados democráticos, uma vez que milhões de pessoas fogem de regimes repressivos e procuram viver em sociedades livres.

A *Freedom House* aponta que o apoio efetivo ao sistema democrático não deve ser subordinado aos interesses económicos, militares ou geopolíticos de curto prazo, também não pode ser imposto por forças exteriores a um determinado país, sendo os defensores dos direitos humanos, as organizações da sociedade civil e os eleitores de cada país que devem traçar o rumo e determinar o futuro de sua própria nação. No entanto, a

assistência e a solidariedade internacional são cruciais para combater as vantagens táticas e as muitas formas de colaboração de que gozam os autocratas.

O relatório apresenta como passo promissor a Cimeira para a Democracia, realizada pelo Presidente dos Estados Unidos da América, Joe Biden, em Dezembro de 2021, com 110 governos convidados, uma tentativa de restaurar os valores democráticos e colocar os padrões dos direitos humanos no seu devido lugar no sistema internacional, sendo seguida de um ano de ações, cabendo aos governos participantes ir além dos compromissos retóricos e buscar a contribuição da sociedade civil para a implementação.

#### 3.3.4. *Tendências continentais*

Como podemos observar no Quadro 3 o *Freedom in the World* não traz nos seus dados motivos para grande otimismo, pode-se apontar que apenas 20% população global vive em Estados classificados como livres, enquanto 38% estão em estados não livres. A Eurásia (0), Oriente Médio (4%), Ásia Pacífico (5%) e África (7%), são blocos continentais onde nem 10% da população pode usufruir contextos de maior liberdade, segundo a classificação proposta pela *Freedom House*.

Se as Américas e Europa preformam no relatório com pontuações mais favoráveis, com a maioria da população vivendo em países considerados livres, ainda assim 6% e 13%, respetivamente, vivem em Estados não livres, o que significa 11% e 2% dos países com compõem os respetivos blocos continentais.

Quadro 3 Índices e blocos continentais do Freedom in the World 2022

	Mundo	África	América	Ásia-Pacífico	Eurásia	Europa	Oriente Médio
<b>População</b>	7,8 mil milhões	1,4 mil milhões	mil milhões	4,2 mil milhões	293,3 milhões	628,6 milhões	262,2 milhões
<b>Nº de países</b>	195	54	35	39	12	42	13
<b>Status População</b>	Livre: 20%	Livre: 7%	Livre: 70%	Livre: 5%	Livre: 0	Livre: 82%	Livre: 4%
	Parc.	Parc.	Parc.	Parc.	Parc.	Parc.	Parc.
	Livre: 42%	Livre: 45%	Livre: 24%	Livre: 54%	Livre: 18%	Livre: 5%	livre: 4%
	Não livre: 38%	Não livre: 48%	Não livre: 6%	Não livre: 41%	Não livre: 82%	Não livre: 13%	Não livre: 92%
<b>Status Países</b>	Livre: 42%	Livre: 15%	Livre: 66%	Livre: 44%	Livre: 0	Livre: 81%	Livre: 8%
	Parc.	Parc.	Parc.	Parc.	Parc.	Parc.	Parc.
	Livre: 42%	Livre: 41%	Livre: 23%	Livre: 33%	Livre: 33%	Livre: 15%	livre: 15%
	Não livre: 29%	Não livre: 41%	Não livre: 11%	Não livre: 23%	Não livre: 67%	Não livre: 2%	Não livre: 77%

Fonte: Produzido pelo Observatório da Democracia e da Representação Política com referência em Freedom in the World 2022 do Freedom House

Como demonstrado no *Quadro 5*, é notório nenhum dos blocos continentais conseguiu passar completamente impune aos eventos e tendências que afetaram o estado da democracia ao longo do período analisado: na África golpes militares solaparam o progresso democrático; nas Américas tentativas de subversão do sistema eleitoral colocaram em risco as democracias; na Ásia-Pacífico declínio dos direitos políticos e liberdades civis; na Eurásia a forte tensão militar; na Europa descrença junto as democracias estabelecidas enquanto avançam as políticas iliberais; no Oriente Médio os últimos perfumes da Primavera Árabe se esvaem no vento.

*Quadro 4 Síntese das observações do Freedom in the World 2022 por blocos continentais*

<i>Blocos continentais</i>	<i>Considerações</i>
<i>África</i>	Os golpes militares comprometem o progresso democrático em África, algo agravado pelas medidas “antiterroristas” dos governos autoritários. No entanto, os cidadãos afirmaram sucessivamente o seu desejo por mudança aquando das eleições.
<i>América</i>	Alterações ao sistema eleitoral por via de reformas ou de apoderamento de posições de poder por parte dos governantes. Em casos onde a democracia era mais escassa assistiu-se a elevados fluxos migratórios.
<i>Ásia-Pacífico</i>	Declínio geral dos direitos políticos e liberdades civis com a consolidação de forças autoritárias no poder, Casos mais dramáticos: Afeganistão e Myanmar com os golpes de estado dos Talibã e militares, respetivamente.
<i>Eurásia</i>	A influência autoritária de Putin sobre a Eurásia despoletou uma reação junto das forças democráticas que, por sua vez, foram fortemente perseguidas. Perto do final do ano de 2021 o mundo voltou-se para a grande tensão militar que crescia na fronteira oriental da Ucrânia.
<i>Europa</i>	Europa mantém-se como região mais democrática do Mundo, porém, nota-se uma grave crise de fé junto das democracias estabelecidas devido às práticas iliberais em toda a União Europeia (UE).
<i>Oriente Médio</i>	Dez anos após os motins da Primavera Árabe, aquilo que se constata é um Médio Oriente quase essencialmente autoritário -- paralisação do processo democrático.

*Fonte: Produzido pelo Observatório da Democracia e da Representação Política com referência em Freedom in the World 2022 do Freedom House*

### *3.3.5. Recomendações do “Freedom in the World 2022” para alimentar oportunidades para a democracia global:*

Para além de avaliar o estado da liberdade em vários países à volta do globo, o “Freedom in the World” também apresenta um conjunto de sugestões para que tanto as democracias como o setor privado possam alimentar oportunidades para a democracia global; combater as ameaças à democracia e reforçar a democracia em casa. Assim, surgem as seguintes sugestões:

*Para alimentar oportunidades para a democracia global*

*Direcionado para as democracias*

- Sugestão 1.* Transformar o impulso inicial da Cimeira para a Democracia, realizada pelo governo Joe Biden, dos Estados Unidos da América, em ações multilaterais concretas para fortalecer a democracia e confrontar o autoritarismo em expansão.
- Sugestão 2.* Dar prioridade a programas de reforço da democracia através de assistência externa e fornecer um maior apoio quando os países e territórios enfrentam conjunturas críticas.
- Sugestão 3.* Apoiar a sociedade civil e os movimentos sociais que pedem democracia.
- Sugestão 4.* Apoiar os meios de comunicação social, livres e independentes, e proteger o acesso à informação.

*Direcionado para o setor privado*

- Sugestão 1.* Aderir aos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos e realizar avaliações periódicas do impacto nos direitos humanos, com o compromisso de não causar danos.
- Sugestão 2.* Avaliar positivamente a adesão de potenciais parceiros aos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos.
- Sugestão 3.* Dialogar continuamente com as organizações da sociedade civil para compreender os efeitos práticos das políticas e produtos da empresa

*Para combater as ameaças à democracia global*

*Direcionado para as democracias*

- Sugestão 1.* Combater a repressão transnacional através da responsabilização por imposição de sanções multilaterais aos perpetradores e restringir a assistência em matéria de segurança
- Sugestão 2.* Utilizar sanções específicas como parte de uma estratégia abrangente de responsabilização dos infratores dos direitos humanos e de oficiais corruptos.
- Sugestão 3.* Tornar a luta contra a cleptocracia e a corrupção internacional uma prioridade fundamental.
- Sugestão 4.* Cortar a assistência às nações cujos líderes ultrapassam o prazo de mandato.
- Sugestão 5.* Escrutinar a exportação de tecnologias e outros produtos que possam ser utilizados para violar os direitos humanos
- Sugestão 6.* Recusar declínio na liberdade na Internet e proteger uma Internet livre e aberta

*Direcionado para o setor privado*

- Sugestão 1.* As empresas devem se pronunciar contra as violações dos direitos humanos nos países onde operam e defender ferozmente os direitos dos trabalhadores e outros interessados afetados.

*Sugestão 2.* Resistir a ordens governamentais para desligar a conectividade à Internet, proibir serviços digitais, ou entregar dados dos utilizadores sem as devidas salvaguardas democráticas.

*Para reforçar a democracia em casa*

*Direcionado para as democracias*

*Sugestão 1.* Trabalhar a nível local para reforçar a democracia.

*Sugestão 2.* Cultivar o apoio público aos princípios democráticos, investindo na educação cívica.

*Sugestão 3.* Proteger eleições livres e justas.

*Sugestão 4.* Melhorar as leis que protegem contra a influência imprópria sobre os funcionários governamentais.

#### 4. *A Democracia em Portugal, Sul da Europa e CPLP*

O presente relatório também objetiva refletir sobre o contexto democrático português em relação a blocos em que Portugal é diretamente influente, seja por proximidade geográfica e económica ou por identidade histórica e cultural em comum, demarcada pela língua. Assim, neste tópico, a partir da análise descritiva de dados estatísticos, tem-se em vista o estado da democracia em Portugal e entre os países da unidade regional da Europa do Sul e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A opção pela análise a partir da unidade regional da Europa do Sul se deve por esta ser associada – em especial com a Grande Recessão de 2007-2014 – como parte comum periférica do sistema capitalista internacional, e em particular na Europa, sendo, semelhantemente, afetada pela dinâmica política neoliberal de desregulação dos mercados laboral e financeiro e na privatização dos serviços públicos (Fernandes, Santana-Pereira, Cancela & Sanches, 2019). Para se evitar a redução de possíveis desvios em função de diferenças mais significativas em relação ao nível de desenvolvimento socioeconómico e peso internacional, bem como reconhecendo proximidades geográficas e políticas, o bloco foi desenhado, neste estudo, com Portugal, Espanha, Grécia, Itália e Chipre, como mencionado em Freire (2015)

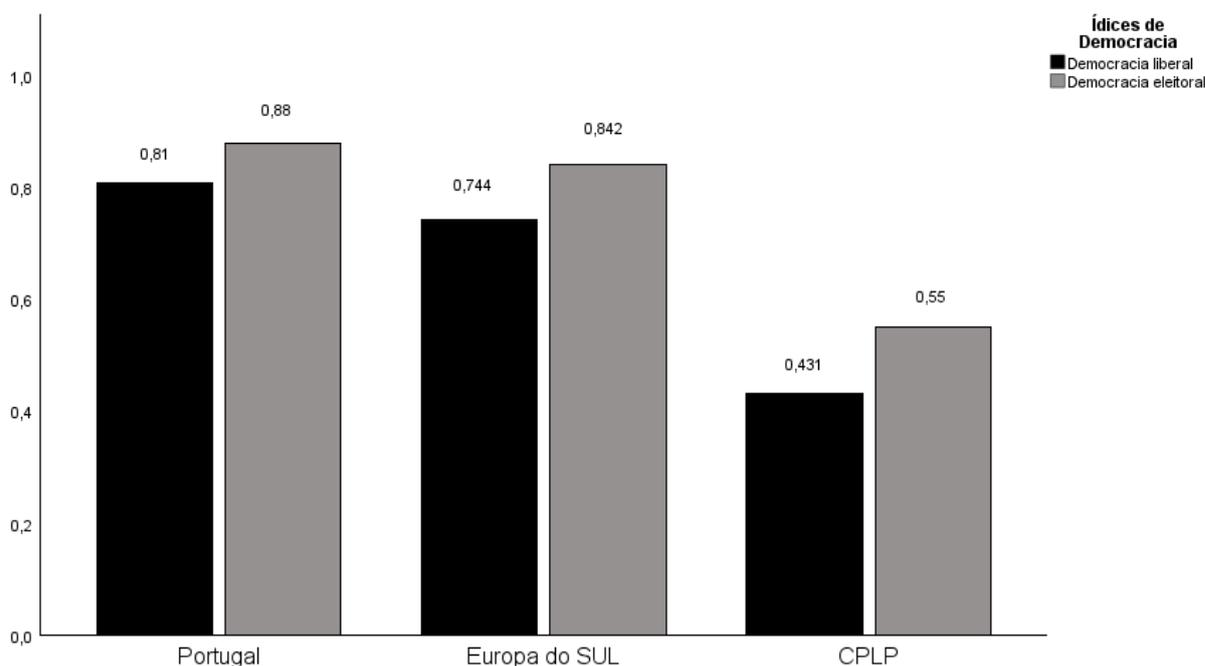
Em relação à CPLP, a colonização portuguesa, em momentos históricos e em durações diferentes, constitui uma unidade socio-histórica distintiva, com impactos não só culturais, mas também em termos de possibilidades de cooperações internacionais, favorecidas pela relação pautada na língua comum, sendo que, no momento pós-colonial, na década de 90, esta passa a ser institucionalizada (Gimenez, 2018). Neste estudo foi, portanto, considerado o conjunto dos países membros do bloco, nomeadamente: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Para a composição da base dados, cada país presente em um dos blocos analisados, em cada um dos relatórios anteriormente apresentados, constam como caso. Exemplificado, Portugal aparece como caso na base de dados hora associado aos resultados obtido pelo *V-DEM*, hora pelos Resultados do *IDEA* e hora pelo que foi obtido pela *Freedom House*. Para a definição das variáveis, foram considerados os principais índices e componentes de cada relatório, como demonstrado no anexo 1.

#### 4.1. Democracia em Portugal, Europa do Sul e CPLP no Democracy Report 2022

Pode-se apontar uma avaliação positiva de Portugal em termos de médias obtidas em relação aos blocos geopolíticos avaliados neste relatório, Europa do Sul e CPLP. Nota-se que, nos índices de Democracia Liberal (0,81) e Democracia Eleitoral (0,88), Portugal apresenta uma média superior às encontradas na Europa do Sul (0,744 e 0,842) e na CPLP (0,431 e 0,550), como se observa na figura 2.

Figura 2 Índices de Democracia Liberal e Democracia Eleitoral em Portugal, na Europa do Sul e na CPLP



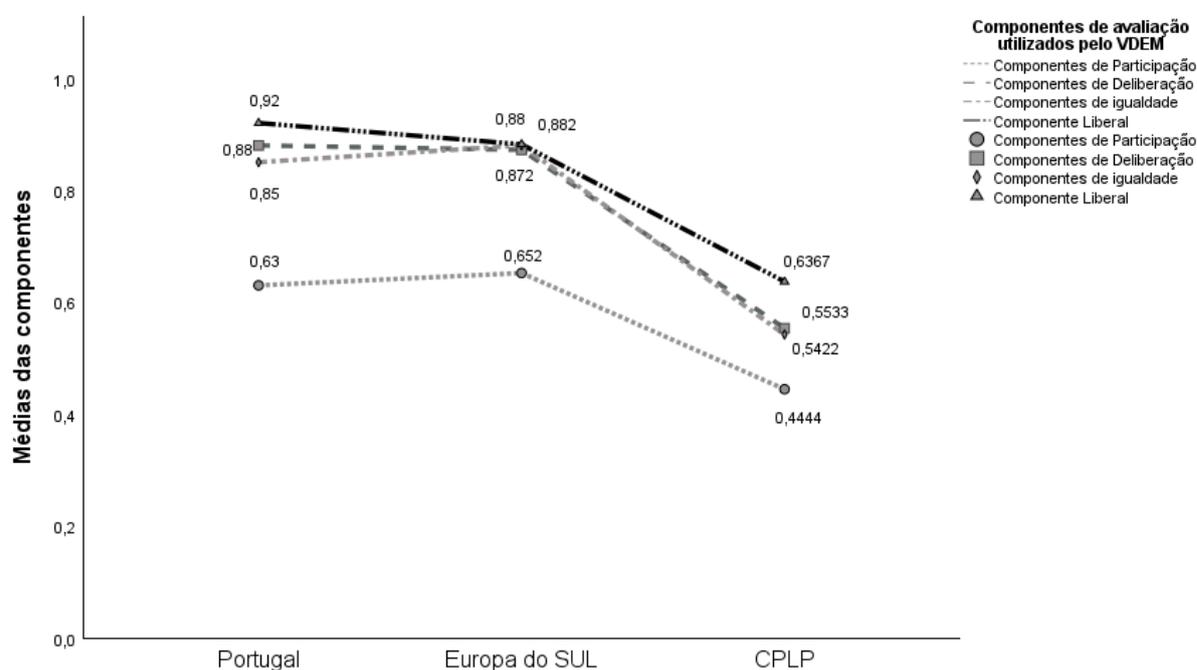
Fonte: Produzido pelo Observatório da Democracia e da Representação Política com referência em Democracy Report 2022

Ainda assim, observa-se que Portugal, na classificação geral do V-Dem, foi um dos países que foi de democracia liberal a democracia eleitoral, em 2021. Tal classificação deveu-se, sobretudo, pela diminuição na pontuação do país no acesso à justiça para mulheres, estando um pouco abaixo do limiar que a metodologia do relatório estipula, ficando Portugal classificado no limite superior das democracias eleitorais.

Observa-se que o índice de *Democracia Liberal* congrega os indicadores que relacionam o princípio liberal da democracia, com ênfase na garantia dos direitos individuais e de minorias, observa-se a qualidade da democracia considerando: os limites impostos aos governos; as proteções constitucionais às liberdades civis; a força da constitucionalidade de um Estado de direito; a independência e equilíbrio do sistema

judicial, face ao executivo; e o índice de democracia eleitoral. Já o índice de *Democracia Eleitoral*, que também compõe o índice de democracia liberal, encarna o princípio da representação dos cidadãos pelos governantes, tendo em vista, sobretudo, a competição eleitoral, com eleições limpas e liberdade para as organizações políticas e sociedade civil, mas também a liberdade de expressão e a independência dos meios de comunicação.

Figura 3 Média das componentes utilizados pelo V-DEM em Portugal, Europa do Sul e CPLP



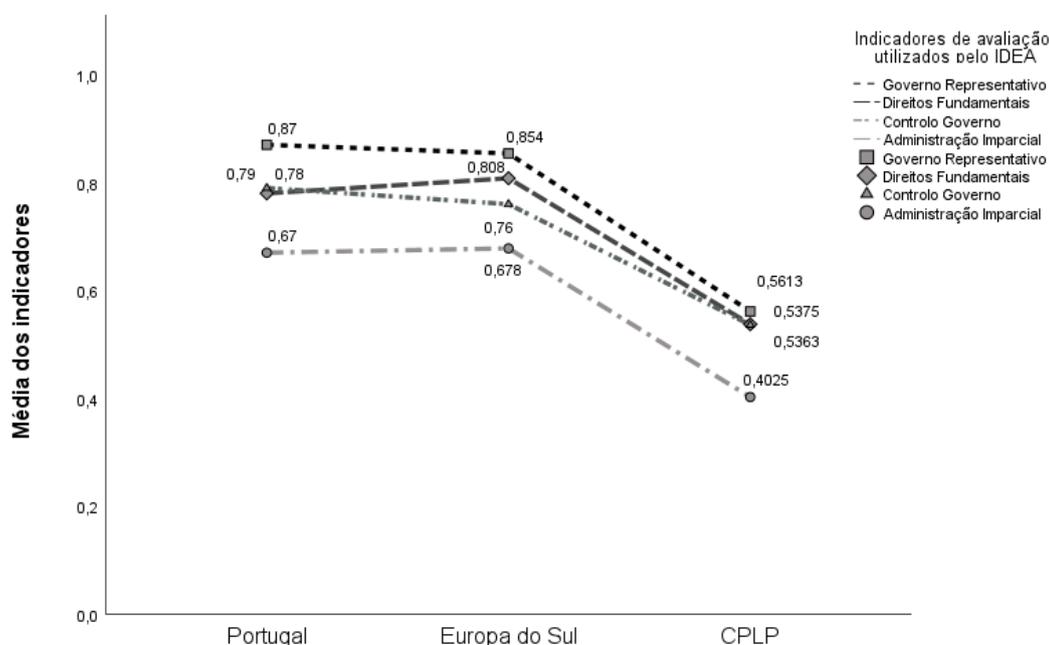
Fonte: Produzido pelo Observatório da Democracia e da Representação Política com referência em Democracy Report 2022

Já no gráfico de comparação de médias (figura 3), podemos observar que as componentes que integram os índices analisados pelo *V-DEM Insitute* reforçam o desnível entre Portugal e as médias observadas no bloco da CPLP, enquanto os valores são próximos aos observados no bloco da Europa do SUL, estando abaixo nos Componentes de Participação e de Igualdade. Percebe-se ainda que, em relação à componente participação, as médias são mais baixas do que as médias encontradas nas demais componentes, o que revela que a participação dos cidadãos ainda é um atributo a ser mais bem desenvolvido, tanto em Portugal, como no conjunto de países que compõem a Europa do Sul e a CPLP.

Consta-se que a *Componente de Participação* avalia a participação ativa dos cidadãos e engajamento da sociedade civil, considerando a participação direta e a eleição de órgãos subnacionais, agregando os indicadores de participação da sociedade civil, os poderes dos governos locais e regionais e o voto popular direto; a *Componente de Deliberação* refere-se ao processo de tomada de decisão na política, tendo em vista a justificação das posições em relação ao bem público, o respeito aos contra-argumentos e a amplitude das consultas ao nível das elites, agregando os indicadores de justificação fundamentada, justificação de bem comum, respeito aos argumentos contrários, formas de consulta e engajamento da sociedade; a *Componente de Igualdade* considera a proteção dos direitos e liberdade individuais e a distribuição de recursos e poder em termos de igualdade por género, classe e grupos sociais, sendo formada pelo indicadores de proteção igualitária, igualdade de acesso e distribuição e de distribuição igualitária de recursos; a *Componente Liberal* envolve os princípios liberais de democracia e agrega os indicadores de igualdade perante a lei e liberdade individuais, restrições judiciais ao executivo e eleições legislativas ao executivo.

#### 4.2. Democracia em Portugal, Europa do Sul e CPLP no *Global State of Democracy Report 2022*

Figura 4 Média dos indicadores do IDEA utilizados para medir o estado da democracia em Portugal, Europa do Sul e CPLP



Fonte: Produzido pelo Observatório da Democracia e da Representação Política com referência em *Global State of Democracy Report 2022*

Como evidenciado pela figura 4, podemos constatar que, na sua generalidade, Portugal encontra-se acima da média dos valores verificados na Europa do Sul e na CPLP em todos os indicadores do IDEA à exceção de dois: Direitos Fundamentais (0,780) e Administração Imparcial (0,670), sendo superado pelas médias verificadas na Europa do Sul, com 0,808 e 0,678, respetivamente.

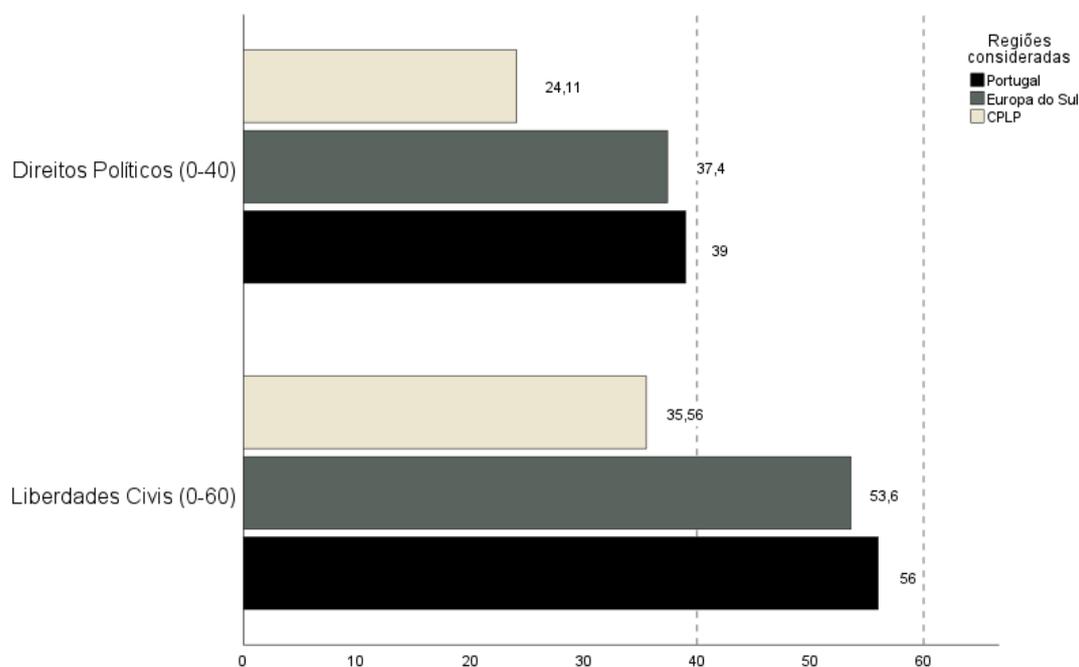
Outra constatação, que se verifica a partir dos dados, é a diferença entre as médias na CPLP quando comparadas com as verificadas em Portugal e na Europa do Sul, demonstrando assim uma menor pontuação nas qualidades democráticas medidas pelo IDEA neste aglomerado de países. Por exemplo, considerando a componente “*Governo Representativo*” a diferença entre a CPLP (0,561) e Portugal (0,870) é de 0,309 – sendo

esta a componente com maior pontuação nas três regiões geopolíticas contempladas – já na componente Administração Imparcial (componente com valores mais baixos), a diferença entre a CPLP (0,403) e Portugal (0,670) é de 0,267.

Nota-se que os indicadores avaliados no *Global State of Democracy Report 2022* são compostos da seguinte forma: o indicador de *Governo Representativo* considera o acesso livre e igual ao poder político através de eleições populares, competitivas e inclusivas para cargos legislativos e executivos, considerando os conceitos de integridade eleitoral, eleições livres e justas e democracia eleitoral; o indicador de *Direitos Fundamentais*, atribuindo valores de liberdades individuais e acesso a recursos sociais, tendo em vista as teorias democráticas liberais e igualitárias, com ênfase tanto na representação justa, como no mecanismo vertical de prestação de contas e responsabilização que o governo representativo busca alcançar; de *Controlo de Governo*, que aborda os fundamentos de capacidade do parlamento controlar as ações do executivo, a independência do judiciário em relação aos outros poderes e a integridade e independência da comunicação social para garantir uma cobertura diversificada e crítica das questões política; e *Administração Imparcial*, compreendendo a implementação de políticas públicas de forma imparcial, tendo em vista a ausência de corrupção e previsibilidade para a aplicação das leis.

### 4.3. Democracia em Portugal, Europa do Sul e CPLP no Freedom in the World 2022

Figura 5 Democracia em Portugal, Europa do Sul e CPLP no Freedom in the World 2022



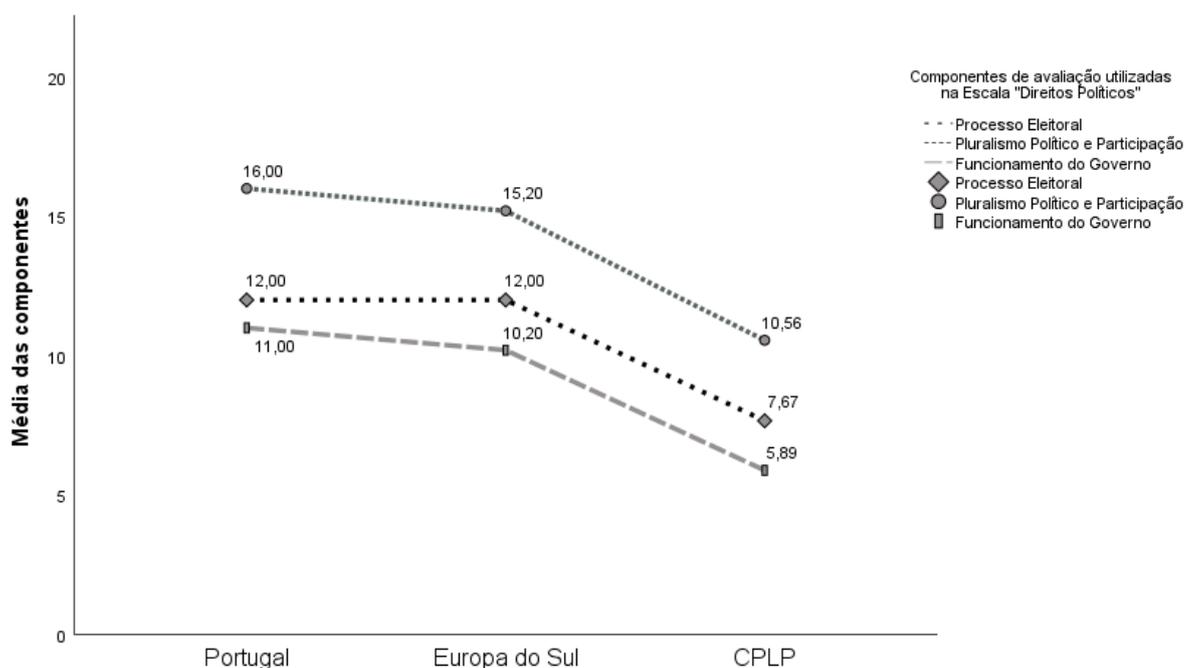
Fonte: Produzido pelo Observatório da Democracia e da Representação Política com referência em Freedom in the World 2022 do Freedom House

Para a análise do *Freedom in the World 2022* é preciso apontar algumas ressalvas: a iniciar pelos dados fornecidos pela figura 5, verifica-se duas escalas diferentes, a de Direitos Políticos e a de Liberdades Civis, medidas em valores diferentes, de 0-40 e de 0-60, respetivamente, pelo que a sua leitura deve ser cuidadosa.

Deste modo, podemos constatar que Portugal, em ambas as escalas, apresenta uma média mais elevada em relação às outras regiões geopolíticas (56 de 60 na escala de Liberdades Civis e 39 de 40 na escala de Direitos Políticos), evidenciando assim um maior qualidade democrática segundo os indicadores por estas escalas medidos; mais uma vez, à semelhança do verificado nos relatórios anteriores, a CPLP apresenta valores consideravelmente mais baixos que aqueles verificados nos restantes contemplados, com 36 de 60 valores na escala de Liberdades Civis e 24 de 40 valores na escala de Direitos Políticos.

Aponta-se que a escala de *Direitos Políticos* é composta pelo somatório das componentes: *Processo Eleitoral (0-12)*, que avalia se o chefe do governo representantes do legislativo foram eleitos de forma livre e justa e se as leis eleitorais são justas e aplicadas imparcialmente por um órgão eleitoral autónomo; *Pluralismo Político e Participação (0-16)*, que considera se há direito a livre organização e competitividade na disputa dos cargos eletivos, através da livre e independente escolha política da população, garantindo plenos direitos políticos e oportunidade eleitoral para os diversos segmentos da população; e *Funcionamento de Governo (0-12)*, que tem em vista se as políticas de governo são determinadas por um governo e/ou parlamento livremente eleitos, com abertura e transparência em seu funcionamento e com, fortes e eficazes, salvaguardas contra corrupção.

Figura 6 Média Componentes que compõem a Escala “Direitos Políticos”



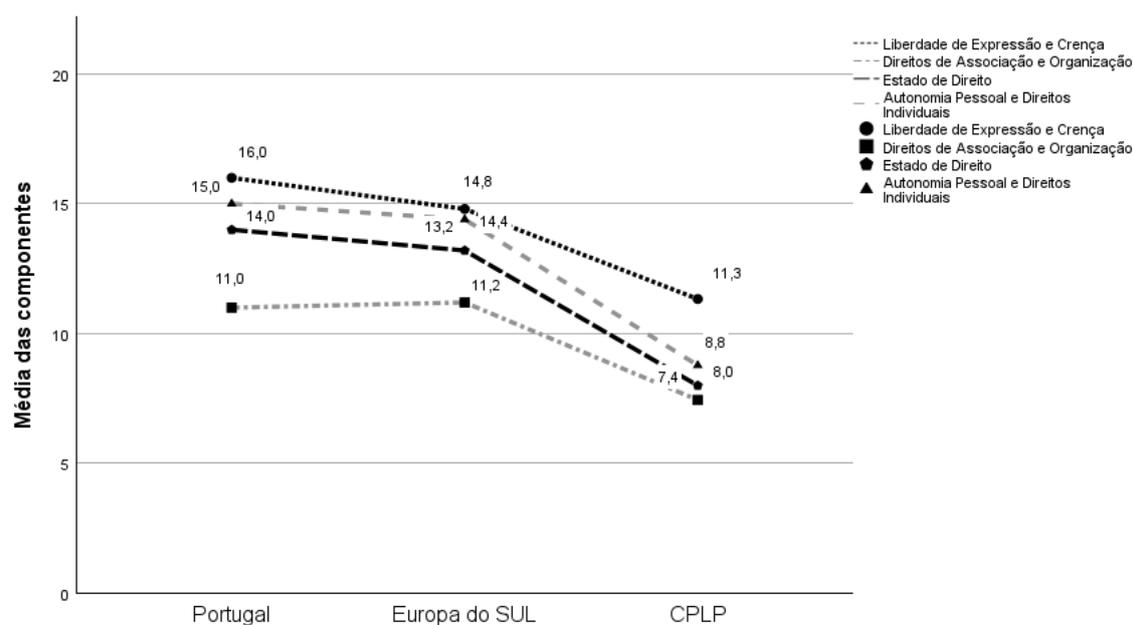
Fonte: Produzido pelo Observatório da Democracia e da Representação Política com referência em *Freedom in the World 2022* do Freedom House

Ao observar as componentes que compõem a escala *Direitos Políticos*, *Processo Eleitoral (0-12)*, *Pluralismo Político e Participação (0-16)* e *Funcionamento do Governo (0-12)*, com base na figura 6, conseguimos um melhor entendimento dos resultados das diferentes regiões do globo contempladas, onde a componente “Pluralismo Político e

Participação”, apresenta os seguintes valores: Portugal com 16 – o valor máximo permitido pela escala –, a Europa do Sul com 15 e a CPLP com 11, traduzindo-se numa diferença de 5 valores entre a Portugal, com maior pontuação, e CPLP, com menor pontuação.

Por sua vez, das componentes com uma escala de 0-12, aquela que apresenta valores mais elevados é “Processo Eleitoral”, nesta, tanto Portugal como a Europa do Sul apresentam a pontuação máxima, 12 valores, mas vale salientar que, embora a CPLP apresente 8 valores, este é um resultado a ter em consideração, uma vez que outros relatórios evidenciam uma tendência no continente africano a uma maior participação eleitoral, em relação a edições anteriores.

Figura 7 Média Componentes da Escala “Liberdades Civis 0-60”



Fonte: Produzido pelo Observatório da Democracia e da Representação Política com referência em *Freedom in the World 2022* do Freedom House

Por último, temos as componentes que constituem a escala *Liberdades Civis* (figura 7), são estas: “”, “Direitos de Associação e Organização”, “Estado de Direito” e “Autonomia Pessoal e Direitos Individuais”. Como podemos verificar, das componentes que variam entre 0-16, aquela que apresenta valores mais elevados é a “Liberdade de Expressão e Crença”, com 16 valores em Portugal – valor máximo permitido pela escala – 15 na Europa do Sul e 11 na CPLP, evidenciando assim uma diferença de 5 valores

entre a maior e a menor pontuação. Já na componente que varia entre 0-12, “Direitos de Associação e Organização”, a Europa do Sul e Portugal apresentam o valor de 11 enquanto a CPLP apresenta 7 valores, uma diferença de 4 pontos.

## 5. Conclusões

A análise destes três relatórios em simultâneo permite-nos ter uma dimensão do estado da democracia no mundo atual. O panorama geral é de enfraquecimento das qualidades desta instituição um pouco por todo o globo: na Europa onde, apesar de ainda ser o bloco continental com as melhores pontuações em relação ao estado da democracia, quase metade dos estados constituintes apresenta quebras ou recuos democráticos; na Ásia e Pacífico encontramos uma vasta proporção de pessoas (88%, segundo os dados do *V-Dem Institute*; 85%, pelos dados do *International IDEA*; e 96% pelos indicadores do *Freedom House*) a viver sob uma democracia fragilizada; a esperança que, depois de uma década, a Primavera Árabe, no Médio Oriente, levaria ao avanço da democracia na região, parece também ter estagnado, sendo a maior parte dos regimes nesta zona do globo de cariz autoritário.

Já nas Américas, marcos no tempo, como a presidência de Jair Bolsonaro no Brasil ou a de Donald Trump nos Estados Unidos da América, com o fatídico episódio da invasão do Capitólio a 6 de janeiro de 2021, vieram a auxiliar não só uma descrença nas instituições democráticas, mas também nos próprios valores desta forma de governo; por último, o aparecimento da pandemia, embora que esta, sozinha, não tenha agravado substancialmente o paradigma em questão, é notável que foi um pretexto para que muitos líderes políticos no globo pudessem proceder a violações de liberdades e direitos, num contexto sanitário agravado. De positivo regista-se que regiões como África, ainda que num quadro geral negativo, em termos de pontuação nos indicadores sobre o estado da democracia, no conjunto dos relatórios, evidenciaram um desejo pela participação democrática aquando da convocação de eleições.

Para além disto, vale a menção do esforço desenvolvido pelo *Freedom House* em disponibilizar ainda uma série de sugestões, tanto para a esfera pública como para a privada, que visam, não só fazer face às adversidades que a democracia enfrenta no geral, como também apresenta um conjunto de orientações para o melhoramento democrático das instituições.

Na comparação entre Portugal e outras regiões geopolíticas como a Europa do Sul e a CPLP apresentam resultados positivos a nível doméstico. Na vasta maioria dos indicadores e componentes pelos diferentes relatórios consagrados, Portugal apresenta qualidades democráticas com melhor pontuação, porém a descida de democracia liberal para democracia eleitoral devido às dificuldades que as mulheres têm sofrido no acesso à justiça, como consta no *Democracy Report 2022*, é algo a ter em consideração.

As diferenças entre Portugal e a CPLP surgem como as mais acentuadas, algo que não deverá ser meramente fruto do acaso. Uma possível explicação estará nas condições históricas, culturais e sociais que enquadram a realidade dos países que, à exceção de Portugal, compõem a CPLP, em todos estes casos há um determinante em comum – o colonialismo português. Não nos é possível afirmar que esta é a principal razão pelos baixos resultados verificados na CPLP mas, tendo em consideração o longo período temporal durante o qual estes países se encontraram num contexto colonial, que resultou em mudanças estruturais junto das já existentes e complexas sociedades, a ideia de que estas democracias mais fragilizadas tenham influência da colonização surge como uma possibilidade.

Neste sentido, especialmente em consideração ao bloco da CPLP, reforça-se a responsabilidade dos países com melhor desempenho nos indicadores do estado da democracia, como Portugal, possam colaborar para construção conjunta, respeitando as particularidades de cada estado e autodeterminação de cada povo, em direção de um paradigma positivo para democracia a nível do bloco.

Em suma, perante os desafios pelos diferentes relatórios aqui apresentados, desde guerras como a da Ucrânia à pandemia, é necessário que os Estados se unam em prol da defesa da democracia. É ainda de salientar que apesar dos resultados positivos por Portugal apresentados em comparação com os observados na Europa do Sul e a CPLP, estes não devem ser tomados como garantidos. Encaremos estes resultados como um momento de reflexão, não apenas sobre as ameaças do populismo e do autoritarismo, mas também sobre a ação que os estados podem tomar para dar a volta a esta situação.

## 6. Bibliografia:

- Boese-Schlosser, V. A., Alizada, N., Lundstedt, M., Morrison, K., Natsika, N., Sato, Y., ... & Lindberg, S. I. (2022). Autocratization changing nature?. *Democracy Report*.
- Coppedge, M. et al. (2022). “V-Dem Methodology v12”. *Varieties of Democracy (V-Dem) Project*.
- Dahl, R. A. (1971), *Polyarchy: Participation and Opposition*, Yale University Press, New Haven.
- Fernandes, T., Santana-Pereira, J., Cancela, J., & Sanches, E. (2019). *Instituições e qualidade da democracia: Cultura política na Europa do Sul*, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa
- Freire, A. (2015). *Sistemas eleitorais e reformas políticas: Portugal em perspetiva comparada*, e-Pública, Vol. II, (1), 1-28.
- Gimenez, J. S. T. (2018). Um outro olhar sobre a comunidade dos países de língua portuguesa (cplp): construindo a superação, transformando em cooperação. *Ars Historica*, (16), 172-192.
- House, F. (2022) a. *Freedom in the World 2022: the global expansion of authoritarian rule*.
- House, F. (2022) b. *Freedom in the World 2022 Methodology*
- INTERNATIONAL IDEA (2022) *The Global State of Democracy 2022: Forging Social Contracts in a time of Discontent*
- Skaaning S. (2022) *The global states of democracy indices methodology: conceptualization and Measurement Framework*, Version 6

7. *Anexos:**Anexo 1 Médias dos índices e componentes do Democracy Report 2022 em Portugal, Europa do Sul e CPLP*

V-DEM	Portugal	Europa do SUL	CPLP
Democracia Liberal	,047	,052	,045
Democracia Eleitoral	,041	,046	,049
Componentes de Participação	,630	,652	,444
Componentes de Deliberação	,880	,872	,553
Componentes de igualdade	,850	,880	,542
Componente Liberal	,920	,882	,637

*Anexo 2 Média dos indicadores do Global State of Democracy Report 2022 em Portugal, CPLP e Europa do Sul*

IDEA	Portugal	CPLP	Europa do SUL
Governo Representativo	,870	,561	,854
Direitos Fundamentais	,780	,538	,808
Controlo Governo	,790	,536	,760
Administração Imparcial	,670	,403	,678

*Anexo 3 Média dos índices de Liberdades Civis e Direitos Políticos no Freedom in the World 2022 em Portugal, Europa do Sul e CPLP*

	Liberdades Civis (0-60)	Direitos Políticos (0-40)
Freedom House		
Portugal	56	39
Europa do Sul	54	37
CPLP	36	24

*Anexo 4 Média das componentes Processo Eleitoral; Pluralismo Político e Participação; Funcionamento do Governo do Freedom in the World 2022 em Portugal, Europa do Sul e CPLP*

Freedom House	Portugal	Europa do SUL	CPLP
Processo Eleitoral	12	12	8
Pluralismo Político e Participação	16	15	11
Funcionamento do Governo	11,000	10,200	5,889

*Anexo 5 Média das componentes Liberdade de Expressão e Crença; Direitos de Associação e Organização; Estado de Direito; Autonomia Pessoal e Direitos individuais do Freedom in the World 2022 em Portugal, Europa do Sul e CPLP*

Freedom House	Portugal	Europa do SUL	CPLP
Liberdade de Expressão e Crença	16	15	11
Direitos de Associação e Organização	11	11	7
Estado de Direito	14	13	8
Autonomia Pessoal e Direitos Individuais	15,000	14,400	8,778

8. *Tabela de indicadores:*

Relatório	Índices e componentes	Significado
Democracy Report 2022	Democracia Liberal	Os limites impostos aos governos; as proteções constitucionais às liberdades civis; a força da constitucionalidade de um Estado de direito; a independência e equilíbrio do sistema judicial, face ao executivo; e o índice de democracia eleitoral
	Democracia Eleitoral	A competição eleitoral, com eleições limpas e liberdade para as organizações políticas e sociedade civil, a liberdade de expressão e a independência dos meios de comunicação.
	<i>Componente de Participação</i>	A participação ativa dos cidadãos e engajamento da sociedade civil, agregando os indicadores de participação da sociedade civil, os poderes dos governos locais e regionais e o voto popular direto
	<i>Componente de Deliberação</i>	Tomada de decisão na política, agregando os indicadores de justificação fundamentada, justificação de bem comum, respeito aos argumentos contrários, formas de consulta e engajamento da sociedade
	<i>Componente de Igualdade</i>	Proteção dos direitos e liberdade individuais e a distribuição de recursos e poder sendo formada pelos indicadores de proteção igualitária, igualdade de acesso e distribuição e de distribuição igualitária de recursos

	<p><i>Componente liberal</i></p> <p>Princípios liberais de democracia e agrega os indicadores de igualdade perante a lei e liberdade individuais, restrições judiciais ao executivo e eleições legislativas ao executivo.</p>
	<p><i>Governo Representativo</i></p> <p>Acesso livre e igual ao poder político através de eleições populares, competitivas e inclusivas para cargos legislativos e executivos</p>
<p><i>Global State of Democracy Report 2022</i></p>	<p><i>Direitos Fundamentais</i></p> <p>Valores de liberdades individuais e acesso a recursos sociais, tendo em vista as teorias democráticas liberais e igualitárias.</p>
	<p><i>Controlo de Governo</i></p> <p>Capacidade do parlamento controlar as ações do executivo, a independência do judiciário em relação aos outros poderes e a integridade e independência da comunicação social</p>
	<p><i>Administração Imparcial</i></p> <p>A implementação de políticas públicas de forma imparcial, tendo em vista a ausência de corrupção e previsibilidade para a aplicação das leis.</p>
<p><i>Freedom in the World 2022</i></p>	<p><i>Processo Eleitoral</i></p> <p>Chefe do governo e representantes do legislativo eleitos de forma livre e justa e leis eleitorais justas e aplicadas imparcialmente por um órgão eleitoral autónomo.</p>
	<p><i>Pluralismo Político e Participação</i></p> <p>Direito a livre organização e competitividade na disputa dos cargos eletivos, através da livre e independente escolha política da população.</p>

---

<i>Funcionamento de Governo</i>	Políticas de governo são determinadas por um governo e/ou parlamento livremente eleitos, com fortes e eficazes salvaguardas contra corrupção.
Liberdade de Expressão e Crença	Considera se tem meios de comunicação social livres e independentes, se há liberdade de prática religiosa, se há liberdade acadêmica sem doutrinação política extensiva no sistema educacional e liberdade individual de expressão de opinião
Direitos de Associação e Organização	Observa a existência de liberdade de reunião e associação, considerando também a possibilidade de existência e não perseguição a organizações não governamentais e sindicatos e organizações profissionais ou laborais.
Estado de Direito	Considera a existência de sistema judicial independente, orientado pelo devido processo legal, com proteções ao uso de força ilegítimo, com igualdade de tratamento aos diversos segmentos da população
Autonomia pessoal e direitos individuais	Avalia se há liberdades sociais pessoais e de plena de circulação, direito de propriedade e de estabelecimento de negócios privados sem interferência indevida e igualdade de oportunidades de exploração económica.

---